



SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR COMO FERRAMENTA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELÉM-PA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rafaela Cunha Baía Florenzano¹
Tâmara Furtado da Silva²

Eixo: Serviços de apoio à escolarização inclusiva.
Relato de Experiência.

RESUMO

Referencial: No intuito de consolidar o processo de inclusão, é necessário que a comunidade escolar se disponha a aceitar e a participar desse processo. Uma das ferramentas utilizadas a fim de efetivar essa participação na Rede Municipal de Ensino de Belém-PA consiste na realização do projeto “Sensibilizações da comunidade escolar”. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho consiste em relatar a experiência nas sensibilizações para a comunidade escolar realizadas em 3 distritos do município de Belém-Pa. **Metodologia:** As sensibilizações foram realizadas em três escolas da Rede Municipal de Ensino de Belém-PA. Foram divididas em 3 etapas (Apresentação do grupo; Dinâmica dos “Mitos e verdades”; “Circuito das limitações”). Em seguida, realizou-se o feedback, objetivando que o grupo pudesse descrever e compartilhar o sentimento vivenciado com as limitações e dificuldades expostas durante a ação, finalizando então com o vídeo “Vamos ver as diferenças com os olhos de uma criança”. **Resultado:** Durante a realização das sensibilizações observamos que alguns participantes apresentavam uma resistência em integrar-se nas atividades. Entretanto, no decorrer das práticas essa postura deu lugar a uma interação coletiva satisfatória e de grande relevância para todos, pois eles passaram a identificar as dificuldades e possibilidades do aluno com deficiência física e a partir daí começaram a compreender a importância deles no processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão; Sensibilização; Comunidade escolar.

Introdução

¹ Terapeuta Ocupacional. Centro de Referência em Inclusão Educacional (CRIE) – SEMEC. Belém-PA

² Fisioterapeuta. Centro de Referência em Inclusão Educacional (CRIE) – SEMEC. Belém-PA.

Apesar de a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino ser um direito garantido pela Constituição Federal, isso não é suficiente para garantir a construção e o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo. O que define a qualidade da participação destas crianças e o leque de práticas de aprendizagens oferecidas no contexto escolar são as experiências cotidianas desses discentes nas suas salas de aula. De forma equivalente, são fundamentais as interações e as relações sociais que eles têm entre si e com os outros membros da comunidade escolar (ARANHA, 2005; MARINHO, MIRASSOL;2015).

Para tanto, é necessário que a comunidade escolar se disponha a aceitar e a participar desse processo, que é mais complexo do que somente inserir a criança com deficiência, fisicamente, numa sala de aula comum. A inclusão escolar não se reduz aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas se apresenta como um novo paradigma e olhar sobre todas as esferas de um ensino que necessita ser modificado para, então, possibilitar uma educação com qualidade para todos e o respeito à diversidade. Em um primeiro momento a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino aparenta beneficiar apenas estes alunos, e em um segundo momento, se o trabalho de inclusão for realizado com seriedade e ética, poderá propiciar a todos que participam do cotidiano escolar o convívio com “as diferenças, da prática da tolerância, da perseverança e da busca de saídas criativas” (ARANHA, 2005; STELLA, SEQUEIRA, 2013).

Considerando as questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência é fundamental e potencializa a ação de cada um deles. Como é sabido, o atendimento não se limita à área educacional, mas envolve especialistas sobretudo da área da saúde e da psicologia e depende da colaboração de diferentes órgãos do Poder Público, em particular os vinculados à saúde, assistência e promoção social, inclusive em termos de recursos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s/d).

Destacam-se as contribuições que um enfoque multidisciplinar e colaborativo pode trazer, no sentido de oferecer um suporte mais amplo a alunos, professores, familiares e a toda a comunidade. Logo, a equipe multidisciplinar pode contribuir no

intuito de promover práticas que auxiliem o acolhimento destes alunos pela comunidade escolar (FONSECA-JANES, BRITO, JANES, 2012).

Dessa forma, no âmago dos pressupostos da educação inclusiva, sugere-se que, ao conviver com as diversidades, todos os integrantes da comunidade escolar têm mais benefícios do que perdas, mesmo que, inicialmente, esse ambiente seja discriminatório ou excludente, pois, ao interagir com as diferenças, pode-se instituir a respeitabilidade mútua. Entretanto, o aluno com deficiência não deve apenas ser inserido na escola, mas fazer parte de uma comunidade escolar que prime pela inclusão escolar e pela inclusão social (FONSECA-JANES, BRITO, JANES, 2012).

Nesse contexto, surge a necessidade da realização de diferentes formas de tornar a comunidade escolar parte do processo de inclusão educacional. Uma das ferramentas utilizadas na Rede Municipal de Ensino de Belém-PA consiste na realização do projeto denominado “Sensibilizações da comunidade escolar”, promovido por fisioterapeutas e uma terapeuta ocupacional do Centro de Referência em Inclusão Educacional (CRIE), vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Belém-PA.

O Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE) realiza o atendimento educacional especializado, por meio das Salas de Recursos Multifuncionais localizadas em escolas pólos do município de Belém, beneficiando mais de 1.200 alunos matriculados com deficiência (física, auditiva, visual e intelectual), bem como, transtorno global do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação.

Nas salas multifuncionais o aluno tem acesso aos serviços de recursos pedagógicos e de acessibilidade conforme a necessidade específica da criança, sempre na presença de professores especializados em atendimento aos alunos com deficiência.

Em sua estrutura organizacional, o CRIE apresenta quatro núcleos de trabalho definidos como: Núcleo de Formação, Assessoramento e Estágio Especializado, Núcleo de Inclusão para a Educação Básica e o Núcleo de Formação, Programas e Projetos. Este último tem como objetivo dinamizar equipes de trabalhos

multiprofissionais, de modo a fortalecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares da rede municipal de ensino de Belém.

Pertencente ao Núcleo de Formação, Programa e Projetos do Centro de Referência em Inclusão Educacional, o Programa Incluir é composto por 5 Fisioterapeutas e 1 Terapeuta Ocupacional e tem o objetivo de possibilitar a inclusão curricular dos alunos com deficiência física neuromotora e deficiência física associada à deficiência intelectual no âmbito escolar, fortalecendo o processo de inclusão do aluno com deficiência física/neuromotora com ações de avaliação funcional (realizada com o objetivo de coletar dados referentes à funcionalidade do aluno, tais como amplitude de movimento articular e força muscular para subsidiar o assessoramento escolar), física/neuromotora associada a deficiência intelectual com a avaliação cognitiva (observar os déficits cognitivos observados durante o momento da avaliação e apontar as principais dificuldades que as professoras das Salas de Recursos Multifuncionais encontram com o Atendimento Educacional Especializado em relação às crianças com deficiência física associadas à deficiência intelectual, tendo o objetivo de propor estratégias e formas de favorecer o aprendizado escolar considerando a particularidade de cada aluno), formação continuada que oportunizam ao professor a aquisição de novos conhecimentos acerca Deficiência Física e deficiência física associada a intelectual e permitem que haja avanços no processo de ensino-aprendizagem dos alunos (esta é, em especial, voltada para os estagiários e professores das Salas de Recursos Multifuncionais da rede municipal de ensino), assessoramento aos professores de Sala de Recursos Multifuncionais e professores de sala regular (orientando os professores para o desenvolvimento de estratégias para o manuseio de recursos didático-pedagógicos ao atendimento do aluno com Deficiência Física/Neuromotora e esta associada à deficiência intelectual e promovendo o treinamento de medidas facilitadoras para execução dos movimentos, bem como, o ajuste postural necessário ao desempenho das atividades do ambiente escolar), estudo e elaboração de recursos de tecnologia assistiva e, atualmente propõe-se as sensibilizações para a comunidade escolar.

Sensibilização, de acordo com o dicionário Priberam, equivale a ação de tornar impressionável, causar comoção. As atividades de sensibilização envolvem dois conjuntos: vivências emocionais das deficiências e reflexão sobre o assunto podem

ser realizadas com crianças e adultos, cada uma delas pode ser adaptada de acordo com a realidade de cada escola. A criatividade deve imperar neste processo. A fim de não causar constrangimentos a participação deve ser voluntária, mas é importante seduzir os participantes enfatizando a colaboração. Depois de cada atividade o momento da partilha dos sentimentos e emoções configura-se em um momento tão enriquecedor quanto o da própria atividade. (PRIBERAM, s/d; CAPPELINI, 2003).

Dessa forma, o intuito desta proposta é o de propiciar à comunidade escolar as vivências emocionais da deficiência física e reflexões sobre o assunto a fim de promover a valorização da diversidade e respeito aquele que é diferente e não inferior.

Objetivo

O objetivo deste trabalho consiste em relatar a experiência nas sensibilizações para a comunidade escolar realizadas em 3 distritos do município de Belém-Pa.

Metodologia

As sensibilizações promovidas foram realizadas em três escolas da Rede Municipal de Ensino, sendo uma na Escola Municipal Solerno Moreira, do distrito do Guamá (DAGUA), outra na Escola Municipal João Nelson Ribeiro, pertencente ao distrito da Sacramenta (DASAC), e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profº Alfredo Chaves, no distrito de Icoaraci/Outeiro (DAICO/DAOUT) no mês de maio, junho e agosto do ano de 2016, respectivamente.

Durante a ação, solicitou-se à direção escolar a necessidade de interromper as atividades desta para a realização da sensibilização, objetivando que todos da comunidade escolar tivessem a oportunidade de participar, sendo assim porteiros, merendeiras, diretores, auxiliares de serviços gerais, professores das salas de recursos multifuncionais e salas regulares, coordenadores e pais/responsáveis dos alunos pertencentes a escola.

A sensibilização era dividida por etapas, que consistiam inicialmente na apresentação dos profissionais do Programa Incluir e informações quanto ao público-alvo e objetivo deste.

Após isso, o quantitativo de participantes da comunidade escolar presentes eram divididos em grupo de 5 pessoas, que durante as sensibilizações variavam entre 4 e 3 grupos, para a realização da Dinâmica dos “Mitos e verdades”. Realizou-se então sorteios de 9 perguntas para que os profissionais discutissem entre seus grupos e levantassem placas de “V” para “Verdadeiro” e “F” para “Falso”. As perguntas realizadas eram: “Toda criança com deficiência física apresenta deficiência intelectual?”, “Distrofia muscular de Duchenne e espinha bífida são consideradas Paralisia Cerebral?”, “As crianças com Paralisia Cerebral são lentas e não atendem a rapidez exigida nas atividades escolares, precisando sempre do Atendimento Educacional Especializado?”, “Toda criança com Paralisia Cerebral é cadeirante/precisa de cadeira de rodas?”, “A Paralisia Cerebral tem cura?”, “A Paralisia Cerebral pode ser provocada por abortivo e/ou drogas?”, “Todas as pessoas com deficiência já nasceram deficientes?”, “Hipertonia é considerada a flacidez excessiva de um músculo?” e “A Paralisia Cerebral ocorre apenas no momento da gravidez?”.

Esta dinâmica de “Mitos e verdades” contou com a finalidade de desmistificar alguns conceitos em relação a Paralisia Cerebral (maior demanda do Programa Incluir na Rede Municipal de Ensino) e outras deficiências físicas, assim como orientar os professores quanto a melhor maneira de favorecer a inclusão desses alunos no ambiente escolar.

Concluída esta primeira atividade, os sujeitos participaram do “Circuito das limitações”, no qual cada pessoa teve sua função: o primeiro, o segundo e o terceiro participantes deviam passar por obstáculos com cones, sendo um sentado em uma cadeira de rodas, outro no andador (porém com revistas presas na articulação do joelho assim dificultando a flexão dos membros inferiores e conseqüentemente a deambulação), e outro com as muletas axilares e uma revista dobrada atrás do joelho em flexão. O objetivo desta é mostrar à comunidade escolar os desafios no qual a criança com deficiência enfrenta em relação a acessibilidade arquitetônica do ambiente no qual está inserida, como a escola, residência, rua, entre outros.

Após realizada esta etapa, o quarto participante desabotoou uma camisa com o primeiro e segundo, quarto e quinto metacarpo enrolados com fita gomada e mão

coberta com uma meia, de modo a dificultar a motricidade fina do participante e consequentemente delongando a retirada da roupa.

O último participante deveria desfazer o laço do cadarço de um cubo de AVDs, com as mesmas limitações semelhantes a do participante anterior, permitindo também aos participantes experimentar a rigidez muscular que geralmente é consequência da paralisia cerebral e a frustração de não poder controlar os movimentos, situação que as crianças com deficiências físicas da Rede Municipal de Ensino lidam diariamente. Todas essas atividades foram realizadas com cronometragem, para posteriormente revelar qual grupo foi o campeão do circuito.

Em seguida, realizava-se o feedback, objetivando que o grupo pudesse descrever e compartilhar o sentimento vivenciado com as limitações e dificuldades expostas durante a ação, finalizando então com o vídeo “Vamos ver as diferenças com os olhos de uma criança”, onde neste pais e filhos reproduziam as “caretas”, até aparecer uma menina deficiente física e apenas as crianças fazerem o solicitado, mostrando que o preconceito não está nas crianças e sim nos adultos.

Resultados e discussões

Atualmente a Rede Municipal de Educação de Belém dispõe de 69 Escolas e 35 Unidades de Educação Infantil – UEI, além de diversas Unidades Pedagógicas UP.

Sendo assim, não se concebe pensar em qualidade de ensino sem considerar os desafios regidos pela Educação Inclusiva, proferidos pela LDBEN, Lei nº 9394/96 e demais documentos que determinam a legitimidade da inclusão, como o parecer 17/2001 e a Resolução CNB/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2002, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica.

A Secretaria Municipal de Educação, pautada nos princípios de Inclusão Social e nos preceitos legais, visa atender os alunos com deficiência por meio de ações administrativas e pedagógicas que deem suporte a inclusão escolar como forma de investimento no potencial humano, para que se valorize e se acolham as diferenças individuais e a diversidade sociocultural, possibilitando a todos o acesso aos diversos

saberes, reorientando as ações pedagógicas que consideram a inserção dos alunos com deficiência, a partir de um processo educacional que evidencie um currículo para a diversidade.

Durante a realização das sensibilizações observamos que alguns participantes apresentavam uma resistência em integrar-se nas atividades. Entretanto, no decorrer das práticas essa postura deu lugar a uma interação coletiva satisfatória e de grande relevância para todos, pois eles passaram a identificar as dificuldades e possibilidades do aluno com deficiência física e a partir daí começaram a compreender a importância deles no processo de inclusão escolar desses alunos.

Além disto, a troca de experiências entre os profissionais presentes durante a atividade, mesmo não sendo esse objetivo das sensibilizações, permitiu com que todos pudessem descobrir meios e modos de favorecer o processo de ensino-aprendizagem não apenas ao aluno com deficiência física, mas também à alunos com outras deficiências e que pertenciam aquela determinada escola da Rede Municipal de Ensino.

Muitos profissionais relataram sua experiência não apenas com os alunos, mas também com parentes, vizinhos e crianças próximas que tinham deficiência, demonstrando que as mudanças não se limitaria apenas na escola, mas também no meio em que o indivíduo está inserido.

Durante conversas informais com professores de Sala de Recursos Multifuncionais, também notou-se a importância da ação em relação a mudanças atitudinais dos profissionais da escola, como por exemplo: uma adaptação da aula oportunizado por uma professora de Português e jogo adaptado no computador proporcionado pelo professor de informática.

Considerações finais

O desafio de concretizar a inclusão de alunos com deficiência física perpassa pela necessidade de uma maior participação da comunidade escolar nesse processo. Com o objetivo de realizar a inclusão de alunos com necessidades educacionais

especiais, a escola deve promover mudanças significativas em relação ao ambiente, assim como em relação às atitudes sociais de toda a comunidade escolar, buscando estratégias para o pleno desenvolvimento de todos os alunos.

Quanto ao aluno com deficiência física, além de táticas que viabilizem a acessibilidade do ambiente, o acesso ao currículo, recursos pedagógicos, a adaptação de materiais escolares, de mobiliários, entre outros, deve-se investir esforços ainda na formação dos profissionais, integrantes da comunidade escolar e na parceria com profissionais da saúde, no intuito de que a participação desse aluno nas atividades da escola ocorra dentro de suas possibilidades e potencialidades, de forma que sejam proporcionadas as mesmas oportunidades de participação oferecidas a todos os alunos.

A realização das sensibilizações na Rede Municipal de Ensino de Belém-PA permitiu uma vivência dos servidores no intuito de estabelecer vínculos e empatia com o aluno com deficiência física, entendendo as dificuldades e as potencialidades deste. Acredita-se que com esta proposta é possível promover um ambiente para os alunos com maior acolhimento e respeito à diversidade humana, visto que existe a possibilidade de desmistificar conceitos preconcebidos em relação à pessoa com deficiência.

Dessa forma, a realização das sensibilizações está em processo de consolidação na rede de ensino em Belém-PA e muitos desafios e barreiras ainda estão sendo aos poucos dirimidos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

CAPPELINI, V.L. **Informação e sensibilização: primeiros passos para a inclusão**. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-educacao/seminario-da-educacao-inclusiva-direito-a-diversidade/informacao_e_sensibilizacao-primeiros_passos-para_a_inclusao/> Acesso em: 10 de out. de 2016.

FONSECA-JANES, C.R.; BRITO, M.C.; JANES, R. (Org.). **A Construção da educação inclusiva**: enfoque multidisciplinar. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.184 p.

MARISSOL, M.C.; MARINHO, S. **Práticas do Docente de Educação Especial: Uma Outra Visão**. Disponível em: <<http://sensos-e.esse.ipp.pt/?p=6548>> Acesso em: 26 de set. de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO** - Educação Especial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/plano1.pdf>> Acesso em: 26 de set. de 2016.

PRIBERAM. **Sensibilização**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/sensibiliza%C3%A7%C3%A3o>. > Acesso em: 26 de set. de 2016.

STELLA, C; SEQUEIRA, V.C. Inclusão e o cotidiano escolar: a visão dos professores. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**. São Paulo, v.13, n.2, p. 70-80, 2013